

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 169.683 - GO (2019/0355493-9)

RELATOR : **MINISTRO MARCO BUZZI**
SUSCITANTE : **EMPRESA GESTAO DE PESSOAS E SERVICOS LTDA - EM RECUPERACAO JUDICIAL**
SUSCITANTE : **EMPRESA CENTRAL DE NEGOCIOS LTDA - EM RECUPERACAO JUDICIAL**
ADVOGADO : **ISADORA GONÇALVES DE OLIVEIRA - GO037500**
SUSCITADO : **JUÍZO DE DIREITO DA 25ª VARA CÍVEL DE GOIÂNIA - GO**
SUSCITADO : **JUÍZO DA 2ª VARA DO TRABALHO DE SUZANO - SP**
INTERES. : **DOMINGOS CONCORDIA ALVES**
ADVOGADOS : **DIOGO BOMBINI DA COSTA - SP326176**
 KELI CRISTINA ALVES MATSUI - SP343355

DECISÃO

Cuida-se de conflito positivo de competência, instaurado por **EMPRESA GESTÃO DE PESSOAS E SERVIÇOS LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL E OUTRO**, envolvendo o r. Juízo de Direito da 25ª Vara Cível da Comarca de Goiânia/GO, no qual se processa a recuperação judicial das suscitantes (Processo nº 5354818.26.2018.8.09.0051), e o Juízo da 2ª Vara do Trabalho de Suzano/SP, onde tramita a reclamação trabalhista nº 1000311-44.2018.5.02.0492, movida por Domingos Concordia Alves.

Em síntese, sustentam que mesmo após o deferimento do processamento de seu pedido de recuperação judicial (fls. 46/50), o Juízo Laboral, nos autos da referida execução trabalhista determinou a realização de atos constritivos em face de seu patrimônio (fl. 52/53), com iminência da liberação dos valores arrecadados, de modo que requerem seja decidido de plano o presente incidente, declarando-se o juízo da recuperação judicial para emanar ordens executórias.

Sucessivamente, pugnam pela concessão de liminar visando a suspensão da aludida execução execução trabalhista, em curso na 2ª Vara do Trabalho de Suzano/SP, com designação de um dos juízos suscitados para resolver, em caráter provisório, as medidas urgentes.

No mérito, as insurgentes pugnam pelo conhecimento do presente incidente, para que seja reconhecida, nos termos da jurisprudência deste Tribunal Superior, a competência do Juízo Universal, bem como para que sejam anuladas todas as decisões proferidas pelo juízo reputado incompetente.

É o relatório.

Decide-se.

O pedido liminar comporta **parcial** acolhimento.

1. Inicialmente, destaca-se a competência deste Superior Tribunal de Justiça para o conhecimento e processamento do presente conflito, uma vez que envolve juízos vinculados a Tribunais diversos, nos termos do que dispõe o artigo 105, inciso I, alínea "d", da Constituição Federal.

2. Em conflitos similares, envolvendo, de um lado, o **Juízo da Recuperação Judicial** e, de outro, **Juízo no qual tramita execução individual movida contra sociedade recuperanda**, o Superior Tribunal de Justiça tem reconhecido a competência do primeiro para efetivar atos de constrição ou expropriação que, de alguma forma, afetem o patrimônio envolvido no processo de soerguimento.

Com efeito, uma vez iniciada a recuperação judicial, é mister que a realização de atos constitutivos seja submetida ao Juízo Recuperacional, sob pena de esvaziamento dos propósitos da recuperação. Nesse sentido, vale conferir os seguintes julgados:

AGRAVO INTERNO NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. CRÉDITOS TRABALHISTAS. PENHORA ANTERIOR.

1. Encontra-se pacificado na jurisprudência desta Corte o entendimento de que, deferido o pedido de recuperação judicial, as ações e execuções trabalhistas devem prosseguir no âmbito do juízo universal, mesmo nos casos de penhora anterior ou naqueles em que ultrapassado o prazo de suspensão de que trata o artigo 6º, § 4, da Lei 11.101/2005.

2. Agravo interno não provido.

AgInt no CC 146.036/RS, Rel. Ministro **RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 14/09/2016, DJe 20/09/2016.

PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO RECEBIDO COMO AGRAVO REGIMENTAL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. JUÍZO TRABALHISTA E JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PROSSEGUIMENTO DAS EXECUÇÕES TRABALHISTAS APÓS A FASE DE ACERTAMENTO E LIQUIDAÇÃO. COMPETÊNCIA DO JUÍZO UNIVERSAL DA RECUPERAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. RETOMADA AUTOMÁTICA DAS EXECUÇÕES APÓS O FIM DO PRAZO DE 180 DIAS. NÃO CABIMENTO.

1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é firme no sentido de que, ultrapassada a fase de accertamento e liquidação dos créditos trabalhistas, cuja competência é da Justiça do Trabalho, os valores apurados deverão ser habilitados nos autos da falência ou da recuperação judicial para posterior pagamento (Decreto-Lei 7.661/45; Lei 11.101/2005).

2. O entendimento desta Corte preconiza que, via de regra, deferido o processamento ou, posteriormente, aprovado o plano de recuperação judicial, é incabível a retomada automática das execuções individuais, mesmo após decorrido o prazo de 180 dias previsto no art. 6º, § 4º, da Lei 11.101/2005.

3. Agravo regimental a que se nega provimento.

RCD no CC 131.894/SP, Rel. Ministro **RAUL ARAÚJO**, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 26/02/2014, DJe 31/03/2014.

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. EXECUÇÃO DE CUSTAS JUDICIAIS NO ÂMBITO TRABALHISTA. NATUREZA FISCAL. DEFERIMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO FISCAL. NÃO OCORRÊNCIA. ART. 6º, § 7º, DA LEI Nº 11.101/05, COM A RESSALVA NELE PREVISTA. PRÁTICA DE ATOS QUE COMPROMETAM O PATRIMÔNIO DO DEVEDOR OU EXCLUAM PARTE DELE DO PROCESSO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL. IMPOSSIBILIDADE. POSSIBILIDADE DE PARCELAMENTO. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PRECEDENTES.

1. Em regra, uma vez deferido o processamento ou, a fortiori, aprovado o plano de recuperação judicial, revela-se incabível o prosseguimento automático das execuções individuais, mesmo após decorrido o prazo de 180 dias previsto no art. 6º, § 4, da Lei 11.101/2005. Precedentes.

AgRg no CC 116.594/GO, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 14/03/2012, DJe 19/03/2012.

E ainda: CC 146.657/SP, Rel. Ministro **MOURA RIBEIRO**, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 26/10/2016, DJe 07/12/2017; AgRg nos EDcl no CC 136.571/MG, Rel. Ministro **MARCO AURÉLIO BELLIZZE**, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 24/05/2017, DJe 31/05/2017; CC 145.027/SC, Rel. Ministro **RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 24/08/2016, DJe 31/08/2016; AgInt no CC 145402 / GO, Rel. Min. **MARIA ISABEL GALLOTTI**, Dje de 29/06/2018; CC 153473 / PR, Rel. Min. **MARIA ISABEL GALLOTTI**, Rel.p/acórdão, **Min. LUIS FELIPE SALOMÃO**, DJe de 26/06/2018.

Com efeito, diante da jurisprudência supramencionada, e das decisões cujas cópias foram juntadas às fls. 46/50 (Juízo da Recuperação Judicial) e à fl. 52/53 (Juízo Trabalhista), revela-se, nesse juízo de cognição sumária, a probabilidade do direito invocado. De igual forma, o **perigo de dano** se mostra caracterizado em razão da iminência de realização de atos executórios em face das suscitantes.

3. Do exposto, com fundamento no art. 955, parágrafo único, do NCPC c/c Súmula 568/STJ, **defere-se** em parte o pedido de liminar para o fim de sobrestar quaisquer determinações constritivas/expropriatórias que, nos autos da reclamação trabalhista nº 1000311-44.2018.5.02.0492, em curso no r. Juízo da 2ª Vara do Trabalho de Suzano/SP, afetem o patrimônio das suscitantes, e **designa-se** o r. Juízo de Direito da 25ª Vara Cível da Comarca de Goiânia/GO, para resolver, em caráter provisório, eventuais medidas urgentes, até ulterior deliberação deste relator.

Superior Tribunal de Justiça

Oficie-se aos órgãos jurisdicionais em conflito, com urgência, comunicando e solicitando informações.

Após, ao Ministério Público Federal para parecer.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator